

HABEAS CORPUS Nº 548.927 - SP (2019/0358402-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : VALTER LUIS BRANDAO BONETI
ADVOGADO : VALTER LUIS BRANDAO BONETI - SP274227
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEX JUNIO DE BRITO GONCALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **ALEX JUNIO DE BRITO GONÇALVES** contra decisão monocrática proferida pelo Desembargador Relator do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu a medida de urgência pleiteada no *writ* originário (e-STJ, fls. 179-177).

Extrai-se dos autos que o paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva em razão da suposta prática do delito tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006 e art. 12 da Lei n. 10.826/2003, na forma do art. 69 do CP.

Neste *writ*, a defesa alega, em suma, que:

"O paciente é primário, possui residência fixa, é pessoa dedicada ao trabalho e aos estudos e não ostenta antecedentes criminais; que a droga apreendida era para seu consumo próprio; que não é traficante; que o dinheiro apreendido é fruto do seu trabalho; que a balança apreendida não é de sua propriedade; que as armas, munições e petrechos para recarga, apreendidos não são de sua propriedade, posse e guarda; que a quantidade de droga apreendida é ínfima; que as denúncias anônimas são falsas ou frágeis, que não possuem riqueza de detalhes, mas sim transbordam inverdades; que o dinheiro apreendido não estava trocado e nem escondido, desta forma, estando demonstrado que a sua apreensão não se deu da forma que é comum nas ocorrências de tráfico de drogas; que as armas, munições e petrechos para recarga apreendidos, não eram de propriedade, posse ou guarda do paciente, sendo o proprietário, possuidor e guardador, o seu genitor, Jerry Henrique Gonçalves, conforme as declarações em anexo; que o paciente só permaneceu em silêncio e o seu genitor só não compareceu perante a autoridade policial para assumir a propriedade, posse e guarda das armas, munições e petrechos para recarga apreendidos, motivados por orientação do advogado que acompanhava o procedimento da prisão em flagrante do paciente" (e-STJ, fls. 13-14).

Requer a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que seja revogada a prisão preventiva. Subsidiariamente, pleiteia a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Decido

Superior Tribunal de Justiça

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PLEITO DE APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS ESCRITO E NO PRAZO RAZOÁVEL. ALEGADA COMPLEXIDADE DO FEITO. TEMA A SER EXAMINADO PELO JUÍZO PROCESSANTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Na espécie, o Juízo de 1º grau, explicitamente, afastou a necessidade de apresentação das alegações finais por escrito, ao afirmar que não se tratava de feito complexo, bem como o número de acusados fora reduzido com o desmembramento da ação penal. Assim, modificar tal entendimento demandaria incursão no acervo probatório dos autos, inviável na sede eleita. Impossibilidade de superação do enunciado sumular 691/STF.

3. Por outro lado, nada impede que o Juízo Processante, ao final da instrução e pela proximidade com os fatos, possa reavaliar o pleito defensivo de apresentação de alegações finais por escrito, momento em que examinará a verdadeira complexidade do feito, lembrando-se que o cumprimento do princípio constitucional da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF) não pode sobrepor às garantias constitucionais do cidadão no processo penal, em especial o respeito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 495.211/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 29/03/2019, grifou-se.)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não se admite habeas corpus contra decisão denegatória de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância. Súmula n.º 691/STF.

2. No caso, não se constata ilegalidade patente que autorize a

mitigação da Súmula n.º 691 da Suprema Corte, tendo em vista que foi demonstrada a necessidade de manutenção da segregação cautelar, em virtude da "participação ativa do paciente na quadrilha voltada ao tráfico de entorpecentes, com a qual foi apreendida mais de 01 (uma) tonelada de cocaína, figurando o paciente na ORCRIM como piloto da aeronave".

3. Conforme orientação desta Corte, a quantidade e a natureza da droga apreendida, bem como a necessidade de se interromper as atividades de organização criminosa, são circunstâncias aptas a justificar a segregação provisória.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 496.205/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 01/04/2019, grifou-se.)

No caso dos autos, não se verifica a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão impugnada, de modo a justificar o processamento da presente ordem, uma vez que se encontra assim fundamentada:

"Segundo consta, Policiais Militares, ao apurarem delações apócrifas, realizaram diligências quando divisaram o PACIENTE na rua de sua residência. Abordado, em seu poder, localizaram numerário e um aparelho celular. No seu imóvel, encontraram cinco eppendorfs contendo cocaína e uma balança de precisão, além de duas espingardas e cartuchos - íntegros e deflagrados -, pólvora e esferas metálicas, o que sugere, pelo menos a princípio, personalidade fora dos padrões sociais, justificando-se a manutenção da prisão para garantia da ordem, conveniência da instrução e aplicação da lei penal, reservando-se, à Douta Turma Julgadora, a solução da questão em toda a sua extensão.

Por fim, as demais ilações demandam análise de matéria de mérito, incognoscíveis na via estreita desta ação" (e-STJ, fl. 177, grifou-se).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*, nos termos do art. 210 do RISTJ.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator